

Papa Francisco assina a nova encíclica
no túmulo de São Francisco de Assis | Foto: Vatican Media



No oitavo ano da sua eleição, o **papa FRANCISCO** escreve uma nova encíclica, que representa o ponto de confluência de uma ampla parte do seu magistério (cf. ***Fratelli tutti* [Todos irmãos , 5]** [1]. A fraternidade foi o primeiro tema ao qual Francisco fez referência, dando início ao seu pontificado, quando inclinou a cabeça diante das pessoas

reunidas na Praça São Pedro. Definiu, então, a relação bispo-povo como um “**caminho de fraternidade**”, e expressou este desejo: “Rezemos sempre por nós, uns pelos outros. Rezemos por todo o mundo, para que haja uma grande fraternidade” [2].

O título é uma citação direta das “**Admoestações**” de São Francisco: ***FRATELLI TUTTI* [Todos irmãos]**. E indica uma fraternidade que se estende não só aos seres humanos, mas imediatamente também à terra, em plena sintonia com a outra encíclica do pontífice, a ***Laudato si'*** [3].

***Fratelli tutti* [Todos irmãos]:**
um guia para a leitura
da encíclica do Papa Francisco

FRATERNIDADE E AMIZADE SOCIAL

A *Fratelli tutti [Todos irmãos]* conjuga, ao mesmo tempo, a fraternidade e a amizade social. É esse o núcleo central do texto e do seu significado. O realismo que atravessa as páginas dilui todo o romantismo vazio, sempre à espreita, quando se trata de fraternidade. A fraternidade não é, apenas, para Francisco, uma emoção, ou um sentimento, ou uma ideia – por mais nobre que seja –, mas sim um facto que implica, depois, também, a saída, a ação (e a liberdade): “De quem é que eu me faço irmão?”.

A fraternidade assim entendida inverte a lógica do apocalipse, predominante hoje em dia; uma lógica que luta contra o mundo porque crê que ele é o oposto de Deus, ou seja, um ídolo, e que, portanto, deve ser destruído o mais rapidamente possível para acelerar o fim do tempo. Face ao abismo do apocalipse, não há mais irmãos: apenas apóstatas ou “mártires”, numa corrida “contra” o tempo. Ora, nós não somos nem militantes nem apóstatas: somos todos irmãos.

A fraternidade não queima o tempo, nem cega os olhos e os ânimos. Em vez disso, ocupa o tempo, requer tempo. O tempo do litígio e da reconciliação. A fraternidade “perde” tempo. O apocalipse queima-o. A fraternidade requer tempo de tédio. O ódio é pura excitação. A fraternidade é aquilo que permite que os iguais sejam pessoas diferentes. O ódio elimina as diferenças. A fraternidade salvaguarda o tempo da política, da mediação, do encontro, da construção da sociedade civil, do cuidado. O

fundamentalismo anula-o com um simples programa de televisão.

É por isso que, no dia 4 de fevereiro de 2019, em Abu Dhabi, Francisco, o papa, e Aḥmad al-Tayyeb, o grão-irmão de al-Azhar, [ver *Folha Dominical* n.º 2102, de 17.02.2019] assinaram um histórico documento sobre a fraternidade. Os dois líderes reconheceram-se como irmãos e, juntos, tentaram lançar um olhar sobre o mundo de hoje. E o que entenderam? Que a fraternidade é a única verdadeira alternativa capaz de desafiar e deter a solução apocalíptica.

É preciso redescobrir essa poderosa palavra evangélica, que a Revolução Francesa de novo retomou, mas que a ordem pós-revolucionária abandonou, depois, até acabar por a fazer desaparecer do léxico político-económico. E que nós substituímos, depois, por aquela bem mais fraca de “solidariedade”, que, na *Fratelli tutti [Todos irmãos]*, surge vinte e duas vezes (enquanto deparamos quarenta e quatro vezes com a palavra “fraternidade”).

Francisco escreveu numa das suas mensagens: “Enquanto a solidariedade é o princípio de planeamento social que permite que os desiguais se tornem iguais, a fraternidade é aquilo que permite que os iguais sejam pessoas diferentes” [4].

O reconhecimento da fraternidade muda a perspetiva, inverte-a e torna-se uma forte mensagem de valor político: todos somos irmãos e, portanto, todos somos cidadãos com direitos e deveres iguais, à sombra dos quais todos desfrutamos de justiça.

A fraternidade é, além disso, a base sólida para viver a “amizade social”. O papa Francisco, em 2015, ao falar em

Havana, lembrou ter visitado, um dia, uma área muito pobre de Buenos Aires. O pároco do bairro apresentou-o a um grupo de jovens que estavam a construir umas casas: “Este é o arquiteto, é judeu; este é comunista; este é católico praticante; este é...” O papa comentou: “Eram todos diferentes, mas todos trabalhavam juntos pelo bem comum”. Francisco dá a esta atitude o nome de “amizade social”, quando se sabe conjugar os direitos com a responsabilidade pelo bem comum, as diversidades com o reconhecimento de uma fraternidade radical.

Uma fraternidade sem fronteiras

A *Fratelli tutti* [*Todos irmãos*] começa com a evocação de uma fraternidade aberta, que permite que cada pessoa seja reconhecida, valorizada e amada para além da proximidade física, para além do lugar do universo onde nasceu ou vive. A fidelidade ao Senhor é sempre proporcional ao amor pelos irmãos. E essa proporção é um critério fundamental desta encíclica: não se pode dizer que se ama a Deus se não se ama o irmão. “De facto, quem não ama o próprio irmão a quem vê, não pode amar a Deus que não vê” (1Jo 4,20) [5].

Desde as primeiras frases, é posto em destaque o facto de Francisco de Assis estender a fraternidade não apenas aos seres humanos – e em particular aos abandonados, aos doentes, aos desprezados, aos últimos, ultrapassando as distâncias de origem, nacionalidade, cor ou religião – mas também ao sol, ao mar e ao vento (cf. n. 1-3). O olhar, portanto, é global, universal. É este o fôlego das páginas do papa Francisco.

Esta encíclica não podia permanecer alheia à pandemia da Covid-19, que eclodiu, inesperadamente. Para além das várias respostas dadas pelos diversos países – escreve o papa –, veio à tona a incapacidade de agir em conjunto, embora nos possamos orgulhar de ter estabelecido uma hiperligação entre nós. Escreve Francisco: “Oxalá já não existam ‘os outros’, mas apenas um ‘nós’” (n. 35).

O cisma entre indivíduo e comunidade

O primeiro passo que Francisco dá é o de compilar uma fenomenologia das tendências do mundo atual desfavoráveis ao desenvolvimento da fraternidade universal. O ponto de partida das análises de Bergoglio é, frequentemente, – senão sempre – aquele que ele aprendeu com os Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola, que convida a rezar imaginando como Deus vê o mundo [6].

O pontífice observa o mundo e tem a impressão geral de que se está a desenvolver um verdadeiro cisma entre o indivíduo e a comunidade humana (cf. n. 30). Um mundo que não aprendeu nada com as tragédias do século XX, sem senso da história (cf. n. 13). Parece haver um retrocesso: os conflitos, os nacionalismos, a perda do senso social (cf. n. 11), o bem comum que parece ser o menos comum dos bens.

Neste mundo globalizado, estamos sozinhos, e prevalece o indivíduo sobre a dimensão comunitária da existência (cf. n. 12). As pessoas desempenham o papel de consumidores ou de espetadores, e os mais fortes são os mais favorecidos.

Eis a forma como Francisco monta as peças do quebra-cabeças que ilustra os dramas do nosso tempo:

A primeira peça diz respeito à política. Neste contexto dramático, as grandes palavras como democracia, liberdade, justiça, unidade, perdem a plenitude do seu significado, e a consciência histórica, o pensamento crítico, a luta pela justiça e os caminhos da integração liquefazem-se (cf. n. 14 e 110). E é duríssimo o julgamento sobre a política, tendo em vista aquilo a que ela ficou reduzida hoje em dia: “A política deixou de ser um debate saudável sobre projetos a longo prazo para o desenvolvimento de todos e o bem comum, limitando-se a receitas efémeras de marketing, cujo recurso mais eficaz está na destruição do outro” (n. 15).

A segunda peça é a cultura do descarte. A política reduzida a marketing favorece o fosso global e cultural do qual é fruto (cf. n. 19-20).

O quadro continua com a inserção de uma reflexão sobre os direitos humanos, cujo respeito é um pré-requisito para o desenvolvimento social e económico de qualquer país (cf. n. 22).

A quarta peça é o importante parágrafo dedicado às migrações. Se deve ser reafirmado o direito a não emigrar, também é verdade que uma mentalidade xenófoba esquece que os migrantes devem ser protagonistas do seu próprio resgate. E o papa afirma vigorosamente: “É inaceitável que os cristãos partilhem esta mentalidade e estas atitudes” (n. 39).

Depois, há a quinta peça: os riscos que a própria comunicação hoje levanta. Com as interligações digitais, as distâncias ficam mais curtas, mas desenvol-

vem-se atitudes de isolamento e de intolerância, que alimentam o “espetáculo” encenado pelos movimentos de ódio. Precisamos, em vez disso, de “gestos físicos, expressões do rosto, silêncios, linguagem corpórea e até o perfume, o tremor das mãos, o rubor, a transpiração, porque tudo isso fala e faz parte da comunicação humana” (n. 43).

O pontífice, no entanto, não se limita a fornecer uma descrição asséptica da realidade e do drama do nosso tempo. A sua leitura chega-nos impregnada dum espírito de participação e de fé. A visão do papa, embora atenta à dimensão sociopolítica e cultural, é radicalmente teológica. A redução ao individualismo que aqui emerge é fruto do pecado.

Um estranho na rua

Apesar das densas sombras descritas nas páginas desta encíclica, Francisco pretende fazer ecoar muitos percursos de esperança, que nos falam de uma sede de plenitude, de um desejo de tocar aquilo que preenche o coração e eleva o espírito para as grandes coisas (cf. n. 54-55).

Na tentativa de buscar uma luz, e antes de indicar algumas linhas de ação, Francisco propõe-se dedicar um capítulo à parábola do Bom Samaritano. A escuta da Palavra de Deus é uma passagem fundamental para julgar, evangelicamente, o drama do nosso tempo e encontrar saídas. Assim, o Bom Samaritano torna-se um modelo social e civil (cf. n. 66).

A inclusão ou a exclusão dos feridos à beira da estrada define todos os projetos económicos, políticos, sociais e religiosos. O Santo Padre, de facto, não se detém no nível das escolhas indivi-

duais, mas projeta essas duas opções ao nível das políticas dos Estados. No entanto, volta sempre ao nível pessoal, por temor de que nos sintamos desresponsabilizados.

Pensar e gerar um mundo hospitaleiro: uma visão inclusiva

O terceiro passo do itinerário que Francisco nos faz percorrer é aquele que poderíamos definir, com o pontífice, como o “além”, isto é, a necessidade de ir além de si mesmo. Se o drama descrito no primeiro capítulo era o da solidão do homem consumidor encerrado no seu individualismo e na passividade do espetador, é preciso encontrar uma saída.

E o primeiro facto é que ninguém pode experimentar o valor da vida sem rostos concretos para amar. Aqui está um segredo da autêntica existência humana (cf. n. 86). O amor cria laços e expande a existência. Mas essa “saída” de si não se reduz a uma relação com um pequeno grupo, ou a laços familiares: é impossível entendermo-nos a nós mesmos, sem um tecido de relações mais amplo com outros que nos enriquecem (cf. n. 88-91).

Esse amor que é uma abertura ao “além”, uma “hospitalidade”, é o fundamento da ação que permite estabelecer a amizade social e a fraternidade. Amizade social e fraternidade não excluem, mas incluem. São independentes dos traços físicos e morais ou, como escreve o papa, das etnias, das sociedades e das culturas (cf. n. 95). A tensão é para uma “comunhão universal” (n. 95), para “uma comunidade feita de irmãos que se acolhem mutuamente e cuidam uns dos outros” (n. 96). Essa abertura é geográfica, mas, mais ainda, existencial.

No entanto, nesse ponto, o próprio pontífice percebe o risco de um mal-entendido: o do falso universalismo de quem não ama o próprio povo. Também é grande o risco de um universalismo autoritário e abstrato, que visa homogeneizar, uniformizar, dominar. A proteção das diferenças é o critério da verdadeira fraternidade que não homologa, mas acolhe e faz convergir as diversidades, valorizando-as. Somos irmãos porque, ao mesmo tempo, somos iguais e diferentes: “É preciso libertarmo-nos da obrigação de sermos iguais” [7].

A importância do multilateralismo

O papa apela a uma mudança de perspectiva radical, não só ao nível inter-pessoal ou estatal, mas também nas relações internacionais: a da certeza do destino comum dos bens da terra.

De acordo com esta perspectiva o panorama muda, e “podemos dizer que cada país é, também, do estrangeiro, já que os bens de um território não devem ser negados a uma pessoa necessitada que provenha de outro lugar” (n. 124).

Além disso – continua o pontífice –, impõe-se outro modo de entender as relações internacionais. É claríssimo, portanto, o apelo à importância do multilateralismo, com uma verdadeira condenação de uma abordagem bilateral, em que países poderosos e grandes empresas preferem negociar com outros países menores ou pobres: para obter deles maiores lucros (cf. n. 153). A chave está no facto de “nos sabermos responsáveis pela fragilidade dos outros na procura de um destino comum” (n. 115). Cuidar da fragilidade é um ponto-chave desta encíclica.

Um coração aberto ao mundo inteiro

Francisco fala, também, dos desafios a enfrentar para que a fraternidade não permaneça somente como uma abstração, mas se torne real.

O primeiro é o das migrações, a ser desenvolvido em torno de quatro verbos: acolher, proteger, promover e integrar. Com efeito, não se trata de “impor do alto programas assistenciais, mas de percorrermos unidos um caminho através destas quatro ações” (n. 129).

Francisco propõe-nos pistas muito precisas (cf. n. 130). Mas, em particular, detém-se sobre o tema da cidadania, tema que também já tinha sido abordado no Documento sobre a Fraternidade Humana para a Paz Mundial e Convivência Comum, assinado em Abu Dhabi. Falar em “cidadania” afasta a ideia de “minoría”, que carrega consigo as sementes do tribalismo e da hostilidade, e que vê no rosto do outro a máscara do inimigo. A abordagem de Francisco é subversiva, no que respeito às teologias políticas apocalípticas que por aí se vão espalhando.

Por outro lado, o papa põe em evidência o facto de a chegada de pessoas provenientes de um contexto vital e cultural diferente se transformar num dom para quem as acolhe: é um encontro entre pessoas e culturas que constitui uma oportunidade de enriquecimento e de desenvolvimento. E isso pode ocorrer quando se permite que o outro seja ele mesmo.

O critério guia do discurso é sempre o mesmo: fazer crescer a consciência de que ou nos salvamos todos, ou ninguém se salva. Toda a atitude de “esterilização” e isolacionismo é um obstáculo ao

enriquecimento próprio do encontro.

Populismo e liberalismo

Francisco continua o seu discurso com um capítulo dedicado à melhor política, aquela posta ao serviço do verdadeiro bem comum (cf. n. 154). E aqui aborda, frontalmente, a questão do confronto entre populismo e liberalismo, que podem usar os frágeis, o “povo”, duma maneira demagógica. Francisco pretende esclarecer, imediatamente, um mal-entendido, usando uma ampla citação da entrevista que nos concedeu para a publicação dos seus escritos como arcebispo de Buenos Aires. Reproduzimo-la na íntegra, porque é central no seu discurso.

“Povo não é uma categoria lógica, nem uma categoria mística, no sentido de que tudo o que faz o povo é bom, ou no sentido de que o povo seja uma entidade angelical. É uma categoria mítica. (...) Quando explicas o que é um povo, recorres a categorias lógicas porque precisas de o descrever: é verdade, elas são necessárias. Mas, desse modo, não consegues explicar o sentido de pertença a um povo; a palavra povo tem algo mais que não se pode explicar logicamente. Pertencer a um povo é fazer parte de uma identidade comum, formada por vínculos sociais e culturais. E isto não é algo de automático; muito pelo contrário: é um processo lento e difícil... rumo a um projeto comum” (n. 158) [8].

Consequentemente, esta categoria mítica pode indicar uma liderança capaz de se sintonizar com o povo, com a sua dinâmica cultural e as grandes tendências de uma sociedade ao serviço do bem comum; ou pode indicar uma de-

geração, quando a mudança constitui um truque para atrair consensos para o sucesso eleitoral e para instrumentalizar, ideologicamente, a cultura do povo, subordinando-a aos interesses do próprio projeto pessoal (cf. n. 159).

Porém, não é preciso sequer enfatizar a categoria mítica de povo, como se ela fosse uma expressão romântica e, portanto, como tal, rejeitada em favor de discursos mais concretos, institucionais, ligados à organização social, à ciência e às instituições da sociedade civil.

O que une ambas as dimensões, a mítica e a institucional, é a caridade, que implica um caminho de transformação da história que incorpora tudo: instituições, direito, técnica, experiência, contribuições profissionais, análise científica, procedimentos administrativos. O amor ao próximo, de facto, é realista.

Portanto, é necessário fazer crescer tanto a espiritualidade da fraternidade, como a organização mais eficiente para resolver os problemas: as duas coisas não se opõem de maneira nenhuma. E isso sem imaginar que existe uma receita económica que possa ser aplicada igualmente a todos: até a ciência mais rigorosa pode propor caminhos e soluções diferentes (cf. n.164-165).

Os movimentos populares e as instituições internacionais

Neste contexto, Francisco fala tanto dos movimentos populares como das instituições internacionais. Parecem dois níveis opostos e divergentes de organização, mas, ao fim e ao cabo, são convergentes na sua virtuosidade: os primeiros valorizam o local, e os segundos

o global, sempre sob o signo do multilateralismo.

Os movimentos populares “reúnem desempregados, trabalhadores precários e informais e tantos outros que não entram facilmente nos canais já estabelecidos” (n. 169). Com esses movimentos, supera-se “a ideia das políticas sociais concebidas como políticas para os pobres, mas nunca com os pobres, nunca dos pobres, e, muito menos, inseridas num projeto que reúna os povos” (ibid).

Depois, Francisco detém-se na análise das instituições internacionais, hoje enfraquecidas, sobretudo, porque a dimensão económico-financeira, com características transnacionais, tende a predominar sobre a política. Entre elas, a Organização das Nações Unidas, que deve ser reformada, para evitar que seja deslegitimada e para que “seja possível uma real concretização do conceito de família de nações” (n. 173). Ela tem como tarefa a promoção da soberania do direito, porque a justiça é “um requisito indispensável para se realizar o ideal da fraternidade universal” (ibid.).

A melhor política não está submetida à economia

Francisco, detém-se, então, longamente, na política. Já várias vezes o pontífice lamentou o facto de ela estar submetida à economia, e esta, ao paradigma efficientista da tecnocracia. Pelo contrário, é a política que deve ter uma visão ampla, para que a economia seja integrada num projeto político, social, cultural e popular que tenda ao bem comum (cf. n. 177 e 17).

Fraternidade e amizade social não são utopias abstratas. Exigem decisão e

a capacidade de encontrar caminhos que assegurem a sua real possibilidade, envolvendo, também, as ciências sociais. E esse é um “elevado exercício da caridade” (n. 180).

O amor, portanto, expressa-se não só em relações face a face, mas também nas relações sociais, económicas e políticas, buscando construir comunidades nos diversos níveis da vida social. Trata-se de algo a que Francisco chama amor social (cf. n. 186). Esta caridade política pressupõe o amadurecimento de um senso social, em virtude do qual “cada um é plenamente pessoa quando pertence a um povo e, vice-versa, não há um verdadeiro povo sem referência ao rosto de cada pessoa” (n. 182). Em suma: povo e pessoa são termos que estão em correlação um com o outro

O amor social e a caridade política expressam-se, também, na plena abertura ao debate e ao diálogo com todos, até mesmo com os adversários políticos, pelo bem comum, para tornar possível a convergência, pelo menos sobre alguns temas. Não é preciso temer o conflito gerado pelas diferenças, até porque “a uniformidade gera asfixia e neutraliza-nos culturalmente” (n. 191).

E é possível experimentar esta vivência se o político não deixar de se considerar um ser humano, chamado a viver o amor nas suas relações interpessoais quotidianas (cf. n. 193), e se souber viver, sim, a ternura. Esse vínculo entre política e ternura parece inédito, mas é realmente eficaz, porque a ternura é “o amor que se torna próximo e concreto” (n. 194). No meio da atividade política, os mais frágeis devem provocar ternura e têm o “‘direito’ de arrebatá-la a nossa alma, o nosso coração” (ibid.).

Diálogo e cultura do encontro

Francisco resume alguns verbos usados nesta encíclica numa única palavra: diálogo. “Numa sociedade pluralista”, escreve o pontífice, “o diálogo é o caminho mais adequado para se chegar ao reconhecimento do que sempre deve ser afirmado e respeitado e que ultrapassa o consenso ocasional” (n. 211).

Mais uma vez, expressa-se uma visão peculiar da amizade social, feita a partir do constante encontro das diferenças. O papa observa que vivemos num tempo do diálogo. Todos trocam mensagens entre si nos meios de comunicação, por exemplo, através das redes sociais. No entanto, muitas vezes, o diálogo confunde-se com uma febril troca de opiniões, que, na realidade, é um monólogo no qual predomina a agressividade. Francisco observa, também, com precisão, ser esse o estilo que parece prevalecer no contexto político, que, por sua vez, tem um reflexo direto na vida quotidiana das pessoas (cf. 200-202).

“O diálogo social autêntico pressupõe a capacidade de respeitar o ponto de vista do outro, aceitando como possível que contenha convicções ou interesses legítimos” (n. 203) [9]. Essa é a dinâmica da fraternidade, afinal, o seu carácter existencial, que “ajuda a relativizar as ideias, pelo menos no sentido de não nos resignarmos ao facto de permitir que um conflito, decorrente de uma disparidade de pontos de vista e de opiniões, prevaleça definitivamente sobre a fraternidade” [10].

Diálogo não significa, de modo nenhum, relativismo, que isso fique claro. Como já havia escrito na encíclica **Laudato si'**, Francisco afirma que, se o que

importa não são as verdades objetivas nem os princípios estabelecidos, mas sim a satisfação das próprias aspirações e das necessidades imediatas, então as leis serão entendidas, apenas, como imposições arbitrárias e obstáculos a serem evitados. A busca dos valores mais altos impõe-se constantemente (cf. n. 206-210).

O encontro e o diálogo tornam-se, assim, uma “cultura do encontro”, que significa a paixão de um povo em querer projetar algo que envolva a todos; e que não é um bem em si mesmo, mas sim um modo de praticar o bem comum (cf. n. 216-221).

Percursos de um novo encontro: conflito e reconciliação

Francisco dirige, então, um apelo ao lançamento de sólidas bases para o encontro e para se iniciar processos de cura. O encontro não se pode fundamentar em diplomacias vazias, discursos duplos, dissimulações, formalismo... É somente a partir da verdade dos factos que pode nascer o esforço de nos compreendermos reciprocamente e de encontrarmos uma síntese para o bem de todos (cf. nn. 225-226).

O papa considera que a verdadeira reconciliação não foge do conflito, mas é obtida no conflito, superando-o através do diálogo e da negociação transparente, sincera e paciente (cf. n. 244). Por outro lado, o perdão não tem nada a ver com renunciar aos próprios direitos diante de um poderoso corrupto, de um criminoso ou de alguém que degrada a nossa dignidade. É preciso defender, fortemente, os próprios direitos e proteger a própria dignidade (cf. n. 241).

Acima de tudo, não se deve perder a

memória dos grandes crimes da história: “Hoje é fácil cair na tentação de virar a página, dizendo que já passou muito tempo, e que é preciso olhar para diante. Isso não, por amor de Deus! Sem memória, nunca se avança” (n. 249).

Guerra e pena de morte

Neste contexto, Francisco examina duas situações extremas que se podem apresentar como soluções em circunstâncias dramáticas: a guerra e a pena de morte. O pontífice é claríssimo ao tratar os dois casos.

Em relação à guerra, afirma que, infelizmente, não é um fantasma do passado, mas uma ameaça constante. Portanto, que fique bem claro que “a guerra é a negação de todos os direitos e uma agressão dramática ao meio ambiente” (n. 257).

Aborda, também, a posição do Catecismo da Igreja Católica, onde se contempla a possibilidade de uma legítima defesa por meio da força militar, com o pressuposto de demonstrar que existem algumas rigorosas condições de legitimidade moral. No entanto – escreve Francisco – facilmente caímos numa interpretação ampla demais desse direito.

Hoje, de facto, com o desenvolvimento das armas nucleares, químicas e biológicas, “conferiu-se à guerra um poder destrutivo incontrolável, que atinge muitos civis inocentes”. Portanto – e eis a conclusão do papa – “já não podemos pensar na guerra como solução, porque, provavelmente, os riscos serão sempre superiores à hipotética utilidade que se lhe atribua. Perante esta realidade, é muito difícil, hoje em

dia, sustentar os critérios racionais amadurecidos noutros séculos para falar de uma possível ‘guerra justa’. Guerra, nunca mais” (n. 258).

A resposta à ameaça das armas nucleares e a todas as formas de destruição em massa, deve ser coletiva e concertada, com base na confiança recíproca. E – propõe o pontífice – “com o dinheiro usado em armas e em outras despesas militares, constituamos um Fundo mundial, para acabar, de uma vez por todas, com a fome, e para o desenvolvimento dos países mais pobres, a fim de que os seus habitantes não recorram a soluções violentas ou enganadoras, nem precisem de abandonar os seus países à procura de uma vida mais digna” (n. 262).

A respeito da pena de morte, Francisco retoma o pensamento de João Paulo II, que afirmou, de maneira clara, na encíclica *Evangelium vitae* (n. 56) que ela é inadequada no plano moral e desnecessária no plano penal. Francisco também se refere a autores como Lactâncio, Papa Nicolau I ou Santo Agostinho, que, desde os primeiros séculos da Igreja, se mostraram contrários a essa pena. E afirma, com clareza, que “a pena de morte é inadmissível” (n.263), e que a Igreja se compromete, com determinação, a propor que ela seja abolida em todo o mundo. E este veredito também se estende à prisão perpétua, que “é uma pena de morte escondida” (n. 268).

As religiões ao serviço da fraternidade no mundo

A última parte desta encíclica é dedicada às religiões e ao seu papel ao serviço da fraternidade. As religiões acumulam

séculos de experiência e de sabedoria, e, portanto, devem participar no debate público, assim como na política ou na ciência (cf. n. 275).

Por isso, a Igreja não reduz a sua missão à esfera privada. “É verdade”, específica, “que os ministros da religião não devem fazer política partidária, própria dos leigos, mas mesmo eles não podem renunciar à dimensão política da existência” (n. 276). A Igreja, portanto, tem um papel público que também contribui para a fraternidade universal (cf. *ibid.*).

A fonte da dignidade humana e da fraternidade para os cristãos, em particular, está no Evangelho de Jesus Cristo, do qual brota, tanto para o pensamento quanto para a ação pastoral, a importância fundamental da relação, do encontro, da comunhão universal com a humanidade inteira (cf. n. 277). A Igreja, “com o poder do Ressuscitado, quer dar à luz um mundo novo, onde todos sejamos irmãos, onde haja lugar para cada descartado das nossas sociedades, onde resplandeçam a justiça e a paz” (n. 278).

Um apelo à paz e à fraternidade

A *Fratelli tutti* [*Todos irmãos*] conclui com um apelo e duas orações que explicitam o seu sentido e os seus destinatários.

Na realidade, o apelo é uma ampla citação do já citado documento assinado pelo papa e pelo Grão-Imã Ahmad al-Tayyeb em Abu Dhabi, e diz respeito, precisamente, à convicção de que “as religiões nunca incitam à guerra e não solicitam sentimentos de ódio, hostilidade, extremismo, nem convidam à violência ou ao derramamento de san-

gue. Estas calamidades são fruto do desvio dos ensinamentos religiosos, do uso político das religiões e também das interpretações de grupos de homens de religião” (n. 285).

Entre as outras referências oferecidas no texto, notamos que o papa quis recordar em particular o Bem-aventurado Charles de Foucauld, que “queria ser ‘o irmão universal’. Mas somente identificando-se com os últimos é que chegou a ser irmão de todos” (n. 287). Para Francisco, a fraternidade é o espaço próprio do Reino de Deus, no qual o Espírito Santo pode vir, habitar e agir [11].

“Assim reinará Filadélfia, cidade dos irmãos”

Depois de ter percorrido a ***Fratelli tutti [Todos irmãos]***, tentando enfatizar os seus temas fundamentais, gostaria de concluir, citando um escritor argentino, Leopoldo Marechal, muito apreciado pelo papa Francisco, e de quem ele me havia falado quando o entrevistei em 2013.

Marechal descreveu a “cidade dos irmãos, Filadélfia” na sua obra-prima “*Adán Buenosayres*”, obra que narra um périplo simbólico de três dias do poeta Adán dentro da geografia de uma Buenos Aires metafísica. Reconhece-se, em particular, a influência de Dante no

sétimo livro do romance, intitulado “*Viaje a la Oscura Ciudad de Cacodelphia*”, evidente paródia do Inferno.

Mas passemos para Filadélfia, que – escreve Marechal – “levantará as suas cúpulas e torres sob um céu tão resplandecente quanto a cara de uma criança. Como a rosa entre as flores, como o pintassilgo entre os pássaros, como o ouro entre os metais, assim reinará Filadélfia, a cidade dos irmãos, entre as urbes deste mundo. Uma multidão pacífica e alegre frequentará as suas ruas: o cego abrirá os seus olhos à luz, o desterrado pisará a terra do seu nascimento e o maldito se verá, finalmente, livre...” [12].

Como a rosa entre as flores, assim reinará a “cidade dos irmãos” entre as metrópoles do mundo, escreve Marechal. E Francisco, com esta encíclica, aponta, diretamente, para a vinda do “Reino de Deus”, como rezamos no Pai-Nosso, oração que nos assume, a todos, como irmãos, por sermos filhos de um único Pai.

O sentido do Reino de Deus é a capacidade dos cristãos de colocar a boa notícia do Evangelho à disposição de toda a humanidade, de todos os homens e mulheres, sem distinção alguma, como recurso de salvação e plenitude: o evangelho da fraternidade.

Pe. ANTONIO SPADARO.

Diretor da revista ***La Civiltà Cattolica***.

Notas:

[1] Daqui em diante, ao referirmo-nos à encíclica, entre parênteses, omitiremos o título, usando, apenas, o número do parágrafo. Cf. também o volume “*Fratellanza*”, Roma, *La Civiltà Cattolica*, 2020.

[2] Francisco, *Primeira saudação do Santo Padre*, 13 de março de 2013.

- [3] Surgiram algumas polêmicas sobre o uso da palavra “irmãos” no masculino, como se o papa quisesse excluir a referência ao feminino. O título da encíclica é, claramente, uma citação franciscana e, portanto, é e deve permanecer como tal. Mas isso não tem nenhum caráter exclusivo. Certamente, deve-se notar que, recentemente, na França, o Alto Conselho para a Igualdade entre as Mulheres e os Homens (HCE), tendo em vista a anunciada revisão da Constituição, propôs substituir, no lema nacional da República, a palavra *fraternité* por *adelphité*, palavra que deriva do grego e significa “fraternidade”, mas desprovida da conotação masculina, própria do termo anterior. Outros, para evitar o neologismo, propõem simplesmente *solidarité*. Mas veremos mais adiante a fragilidade desta escolha, especialmente à luz do pensamento de Francisco. Cf. J. L. Narvaja, “*Libertà, uguaglianza, fraternità*”, in *Civ. Catt.*, 2018, II, 394-399.
- [4] Francisco, Mensagem à Prof.^a Margaret Archer, presidente da Pontifícia Academia das Ciências Sociais, 24 de abril de 2017.
- [5] O tema atravessa o pontificado de Francisco e, portanto, também o seu magistério. Bastaria lembrar aqui algumas breves passagens numa forma exemplar. Francisco escreveu na sua exortação *Amoris Laetitia*: “Deus confiou à família o projeto de tornar ‘doméstico’ o mundo, de modo que todos cheguem a sentir cada ser humano como um irmão” (n. 183). E na *Gaudete et exultate*: “No meio da densa selva de preceitos e prescrições, Jesus abre uma brecha que permite vislumbrar dois rostos: o do Pai e o do irmão. Não nos dá mais duas fórmulas ou dois preceitos; entrega-nos dois rostos, ou melhor, um só: o de Deus que se reflete em muitos, porque em cada irmão, especialmente no mais pequeno, frágil, inerte e necessitado, está presente a própria imagem de Deus” (n. 61). Na *Christus vivit*: “Correi ‘atraídos por aquele Rosto tão amado, que adoramos na sagrada Eucaristia e reconhecemos na carne do irmão que sofre” (n. 299). Na encíclica *Laudato si’*, o tema volta com frequência. Por exemplo: “São Boaventura, seu discípulo, contava que ele [Francisco], ‘enchendo-se da maior ternura ao considerar a origem comum de todas as coisas, dava a todas as criaturas – por mais desprezíveis que parecessem – o doce nome de irmãos e irmãs” (n. 11).
- [6] Cf. Inácio de Loyola s., *Exercícios espirituais*, nn. 103-106.
- [7] Francisco, exortação apostólica *Amoris laetitia*, n. 139
- [8] A. Spadaro, “*Le orme di un pastore. Una conversazione con Papa Francesco*”, in J. M. Bergoglio/Papa Francesco, *Nei tuoi occhi è la mia parola. Omelie e discorsi di Buenos Aires 1999-2013*, Milão: Rizzoli, 2016, XVI.
- [9] Cf. Inácio de Loyola s., *Exercícios espirituais*, n. 22
- [10] D. Fares, “*La fratellanza umana. Il suo valore trascendentale e programmatico nell’itinerario di papa francesco*”, in *Civ. Catt.*, 2019, III, 119.
- [11] Cf. D. Fares, “*La fratellanza umana*”, cit., 122.
- [12] L. Marechal, *Adàn Buenosayres*, Florença: Vallecchi, 2010, 342 s.

Para ler a encíclica ***Fratelli tutti [Todos irmãos]***, na íntegra:

http://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/20201003_enciclica-fratelli-tutti.html